

PARECER INDEPENDENTE sobre o *Framework* de Títulos e Empréstimos Verdes da Solatio

Alinhamento com ODS



Enquadramento em categorias GBP/GLP

- Energia Renovável

Enquadramento com Taxonomia CBI

- Energia

GBP/GLP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Destaque	Lacunas para liderança
1. Uso de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recursos serão direcionados para projetos de geração de energia solar de geração distribuída e ambiente de contratação livre, alinhados a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia, <i>Climate Bonds Initiative</i> e categorias elegíveis dos <i>Green Bond Principles</i>; ✓ Recursos destinados a reembolso ou refinanciamento são elegíveis para gastos realizados em até 24 meses antes da captação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Os recursos também podem ser destinados à OPEX para desenvolvimento, aquisição, expansão e/ou gestão contínua de projetos de energia fotovoltaica <i>onshore</i> para prolongar a vida útil dos ativos; ✗ Os recursos captados com base no <i>Framework</i> poderão ser destinados para reembolso e refinanciamento de gastos ao invés de direcionados exclusivamente para gastos futuros. ✗ Os recursos podem ser alocados até a data de vencimento dos instrumentos verdes utilizados (não há compromisso em alocar os recursos em até 24 meses após a captação).
2. Seleção e avaliação de projetos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os usos de recursos definidos estão alinhados à estratégia operacional e de sustentabilidade da Solatio; ✓ Os critérios de elegibilidade para o uso de recursos foram bem definidos e formalizados no <i>framework</i>; ✓ A Solatio tem 20,9 GWp de capacidade instalada, com previsão de acréscimo de mais 9,4 GWp gerado potencialmente pelas operações verdes; ✓ A quantidade de carbono equivalente a ser evitado nos projetos futuros é de aproximadamente 570.644 tCO₂/MWh; ✓ O processo de seleção e avaliação dos projetos estabelecido no <i>Framework</i> envolve os setores de Topografia, Fundiário, Engenharia e Ambiental da Companhia; ✓ A Companhia não possui controvérsias de cunho ASG. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Não foram apresentadas evidências de que os projetos se alinham aos critérios de adaptação da taxonomia da EU; ✗ Não há processo definido formal para o descomissionamento de placas solares;
3. Gestão de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ O <i>Framework</i> destaca o comprometimento em não direcionar recursos a projetos que foram alvo de outras emissões rotuladas, e em comprovar o lastro das operações, de forma que as captações não ultrapassem os valores destinados aos fins elegíveis; ✓ Redirecionamento dos recursos em até 12 meses em caso de desenquadramento do uso de recursos em relação aos critérios de elegibilidade; ✓ Investimentos temporários em instrumentos financeiros com baixo risco de contaminação dos recursos; ✓ O <i>Framework</i> define que as operações rotuladas terão cláusulas de penalização caso o uso de recursos não seja respeitado. ✓ O <i>Framework</i> estipula que as operações rotuladas terão seus recursos segregados por SPE. 	

4. Relato



- ✓ Cada captação baseada no *Framework* contará com relatos anuais de informações financeiras e dos benefícios ambientais, até a alocação completa dos recursos captados;
 - ✓ Operações baseadas no *Framework* terão os indicadores financeiros e de impacto verificados por auditores externos anualmente até a alocação completa dos recursos captados;
 - ✓ Os relatos de alocação e de impacto e os relatórios de verificação externa serão disponibilizados publicamente no *website* da Solatio;
 - ✓ O *Framework* e este Parecer Independente serão divulgados publicamente no *website* da empresa.
- * Não há compromisso em manter o relato de benefícios ambientais até o fim da vida útil das instalações.

Sobre a ERM

A ERM é uma consultoria líder global em sustentabilidade, com atuação em mais de 70 jurisdições e 8.000 colaboradores a nível global. Dentro de sua atuação em Finanças Sustentáveis, a ERM avaliou 300+ instrumentos financeiros para sustentabilidade, tais como títulos verdes, sociais, sustentáveis, fundos de investimentos sustentáveis e instrumentos ligados a metas. A ERM também é acreditada pela *Climate Bonds Initiative* a nível global e, desde 2020, a NINT, hoje parte do grupo ERM, está entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*.

SUMÁRIO

1. Escopo de trabalho	4
2. Opinião	7
3. Performance ASG da Solatio	17
Método	20
Green Bond/Loan Principles Form	22

1. Escopo de trabalho

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o alinhamento do *Framework* de Títulos e Empréstimos Verdes (“*Framework*”) da Solatio (“Companhia”) às melhores práticas nacionais e internacionais de emissão de títulos e captação de empréstimos verdes.

Os recursos captados com futuras emissões e empréstimos rotulados como verdes com base *Framework* da Solatio serão usados para financiar, refinanciar ou reembolsar, total ou parcialmente, investimentos futuros ou existentes da Companhia, desde que atendam aos critérios de elegibilidade definidos no *Framework*.

A ERM utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, os *Green Loan Principles* (GLP)², a *Climate Bonds Taxonomy*³ da *Climate Bonds Initiative*, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁴, o Guia para Ofertas de Títulos ESG⁵ da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o Guia de Dívida Sustentável no Brasil⁶ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da ERM é baseada na:

- Análise da coerência do *Framework* de Títulos e Empréstimos Verdes da Solatio e da estratégia de sustentabilidade da Companhia;
- Análise do alinhamento do *Framework* com os *Green Bond Principles* e *Green Loan Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e outros padrões de sustentabilidade e climáticos;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) corporativa da Solatio, a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais e pesquisa de controvérsias envolvendo a Companhia.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Solatio, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e informações obtidas através de entrevistas com equipes responsáveis pelo *Framework* e pelos projetos que serão financiados, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre outubro de 2024 e janeiro de 2025.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A ERM teve acesso a todos os documentos e todas as pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável⁷ de asseguarção em relação à completezude, precisão e confiabilidade.

¹ https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2022-updates/Green-Bond-Principles_June-2022-280622.pdf

² <https://www.lsta.org/content/green-loan-principles/>

³ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

⁴ https://finance.ec.europa.eu/system/files/2020-03/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

⁵ <https://esg.nintgroup.com/guia-para-ofertas-de-titulos-esg-anbima>

⁶ <https://esg.nintgroup.com/guia-divida-sustentavel-no-brasil-2023>

⁷ Veja explicação na seção Método.

Declaração de responsabilidade

A ERM não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Solatio, de sua controladora ou de suas subsidiárias. Desta forma, a ERM declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos *Green Bond Principles* e aos *Green Loan Principles*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Solatio. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a ERM não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez de eventuais emissões baseadas no *Framework*.

2. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, na opinião da ERM, o *Framework* de Títulos e Empréstimos Verdes da Solatio está em conformidade, em todos os aspectos materiais analisados, com os *Green Bond Principles*, *Green Loan Principles* e boas práticas para emissão de títulos e captação de empréstimos verdes.

A ERM utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado aos *Green Bond Principles* (GBP) e *Green Loan Principles* (GLP). Os princípios são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção "[Método](#)".

A aderência aos GBP e GLP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o *Framework* está alinhado a padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência. Essa conclusão é baseada na análise apresentada a seguir.

Quadro 1 - Análise sobre *Framework* de Títulos e Empréstimos Verdes da Solatio

GBP/GLP e Classificação	Resumo das práticas e opinião ERM				
<p data-bbox="268 1451 421 1509">Uso de Recursos</p> 	<p data-bbox="475 1155 1370 1279">Descrição do uso de recursos: A Solatio pretende usar seu <i>Framework</i> de Títulos e Empréstimos Verdes para emitir títulos e/ou tomar empréstimos verdes no mercado de capitais, mercado bancário e/ou com instituições multilaterais.</p> <p data-bbox="475 1317 1370 1536">De acordo com o <i>Framework</i>, os recursos líquidos captados por meio dos títulos e/ou empréstimos verdes serão utilizados para reembolsar, financiar ou refinanciar, total ou parcialmente, um ou mais, investimentos futuros ou existentes da Companhia, qualquer uma de suas subsidiárias, desde que atendam aos Critérios de Elegibilidade descritos na tabela 1 e estejam diretamente ligados a projetos com benefícios ambientais e sociais.</p> <p data-bbox="571 1576 1278 1608">Tabela 1 – Uso de Recursos definidos no <i>Framework</i></p> <table border="1" data-bbox="529 1626 1321 1863"> <thead> <tr> <th data-bbox="529 1626 842 1697">Categoria GBP/GLP</th> <th data-bbox="849 1626 1321 1697">Critérios de elegibilidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="529 1706 842 1863">Energia Renovável</td> <td data-bbox="849 1706 1321 1863">Investimentos e custos em despesas de capital (CAPEX) e despesas operacionais (OPEX) para desenvolvimento de projetos de energia fotovoltaica.</td> </tr> </tbody> </table> <p data-bbox="587 1872 1262 1895"><i>Fonte: Framework de Títulos e Empréstimos Verdes da Solatio</i></p> <p data-bbox="475 1926 1370 2018">Frisa-se que só serão elegíveis despesas operacionais associadas a manutenção dos ativos para prolongar sua vida útil (gastos para reparos e manutenção de painéis solares, inversores, ou afins).</p>	Categoria GBP/GLP	Critérios de elegibilidade	Energia Renovável	Investimentos e custos em despesas de capital (CAPEX) e despesas operacionais (OPEX) para desenvolvimento de projetos de energia fotovoltaica.
Categoria GBP/GLP	Critérios de elegibilidade				
Energia Renovável	Investimentos e custos em despesas de capital (CAPEX) e despesas operacionais (OPEX) para desenvolvimento de projetos de energia fotovoltaica.				

	<p>Gastos com salário de colaboradores, aluguel, aquisição de água, energia e outras despesas correntes não serão consideradas elegíveis.</p> <p>O <i>Framework</i> estabelece que serão elegíveis gastos futuros, desde que os recursos sejam alocados até a data de vencimento do instrumento financeiro utilizado para a captação, além do reembolso e refinanciamento de gastos realizados nos 24 meses anteriores à data da operação.</p> <p>A Solatio não se comprometeu a divulgar, antes de cada emissão, uma estimativa do percentual direcionado para financiamento, refinanciamento ou reembolso, conforme sugerido pelos GBP.</p> <p>A ERM considera que as diretrizes definidas no <i>Framework</i> da Solatio referentes ao prazo para alocação dos recursos e períodos de anterioridade para reembolso e refinanciamento estão em conformidade com as diretrizes dos GBP. Entretanto, as melhores práticas do mercado recomendam alocação exclusiva em gastos futuros em até 24 meses após a data de emissão.</p> <p>Além disso, o <i>Framework</i> define como elegíveis despesas de capital (CAPEX) e de operação (OPEX). AERM considera que CAPEX possui adicionalidade ambiental tipicamente superior à de gastos operacionais (OPEX)⁸ e, por isso, deveria ser o único tipo de despesa financiada.</p> <p>Enquadramento do uso de recursos com taxonomias standards de finanças sustentáveis: O uso de recursos definido no <i>Framework</i> está enquadrado com a categoria de 'energia renovável' dos Green Bond Principles (GBP). Esta categoria é considerada pelo <i>Green Project Mapping</i>⁹ da <i>International Market Capital Association</i> (ICMA) como primária para mitigação das mudanças climáticas e terciária para a conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição.</p> <p>Além disso, o uso de recursos está alinhado com os critérios de energia solar dos Climate Bonds Standards¹⁰ e com a Climate Bonds Taxonomy¹¹. De acordo com o Background Paper do Climate Bonds Standard¹² do critério de Energia Solar, as emissões ao longo do ciclo de vida das usinas solares são suficientemente baixas para permitir que a energia solar seja designada como uma solução de baixo carbono, sendo que a intensidade das emissões ao longo do ciclo de vida das usinas solares varia entre 35gCO₂e/kWh e 100gCO₂e/kWh. As emissões ao longo do ciclo de vida incluem todas as emissões relacionadas à construção, operação e descomissionamento.</p>
--	--

⁸ O investimento em bens de capital gera benefícios ambientais de forma duradoura, contribuindo para que a infraestrutura produtiva se torne mais sustentável, o que, por sua vez, fomenta a demanda por insumos e tecnologias sustentáveis. Ainda, OPEX está relacionado às operações normais das empresas, são frequentemente gastos intangíveis e possuem baixa rastreabilidade, de forma que a adicionalidade ambiental associada a OPEX é menos concreta.

⁹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Project-Mapping-June-2021-100621.pdf>

¹⁰ <https://www.climatebonds.net/standard/solar>

¹¹ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

¹² <https://www.climatebonds.net/files/files/standards/Solar/Solar%20Criteria%20Background%20Paper.pdf>

Já a **Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia**¹³ considera que atividades relacionadas a construção ou operação de instalações de eletricidade através de tecnologia fotovoltaica contribuem para a mitigação e adaptação climática, desde que atendam a alguns critérios relacionados a legislação europeia e outras boas práticas mencionadas pela Taxonomia.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as fontes de geração de energia solar fotovoltaica têm se mostrado economicamente mais competitivas frente às outras fontes que estão se expandindo na matriz energética brasileira¹⁴. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, quase metade da energia elétrica produzida no Brasil vem de fontes renováveis¹⁵. Nesse contexto, o Brasil teve recorde de expansão da energia solar em 2023¹⁶.

Alinhamento com a agenda 2030: Projetos de geração de energia renovável também estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”), conforme apresentado na [Tabela 2](#) abaixo.

Tabela 2 - ODS e metas aplicáveis

ODS	Metas aplicáveis
	7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
	13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

Fonte: *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas.*

Nível de alinhamento com as melhores práticas: De acordo com o *Framework*, serão elegíveis para reembolso gastos que tenham sido realizados em ativos que estejam em operação há menos de 24 meses anteriores a data de desembolso do Instrumento Verde. Entretanto, para gastos futuros, as melhores práticas do mercado recomendam alocação em até 24 meses após a data de emissão. Ademais, a Solatio define OPEX como gastos elegíveis. Não foram identificadas demais lacunas em relação ao alinhamento do *Framework* com os tópicos avaliados acima. Dessa forma, o nível de alinhamento do *Framework* com relação ao *Green Bond Principles 1* ('Uso de Recursos') foi classificado como **Satisfatório.**

¹³ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/287/view>

¹⁴ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-490/PDE%202030_RevisaoPosCP_rv2.pdf

¹⁵ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/08/energia-renovavel-chega-a-quase-50-da-matriz-eletrica-brasileira>

¹⁶ <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-bate-recorde-de-expansao-da-energia-solar-em-2023>

<p style="text-align: center;">Processo para Seleção e Avaliação de Projetos</p> 	<p>Alinhamento do <i>Framework</i> com a estratégia da Solatio: A Solatio é uma desenvolvedora e investidora de usinas fotovoltaicas, que iniciou suas atividades no Brasil em 2008, vinda da Espanha.</p> <p>A estratégia de sustentabilidade da Solatio é centrada na promoção de energia renovável, com investimento em projetos de grande escala, como a construção de usinas solares em Minas Gerais e no Piauí, que somam mais de 6 GWp de capacidade instalada. Além dos projetos de energia solar, a Solatio está investindo em produção de hidrogênio verde, que é produzido a partir da quebra da molécula de água por meio de fontes renováveis como eólica e solar¹⁷.</p> <p>Dessa forma, a Companhia busca gerar impactos socioambientais positivos principalmente pela diversificação das fontes na matriz elétrica brasileira, bem como pela operação de modelos de negócios que permitem o acesso democrático e de baixo custo aos seus clientes. Além disso, os projetos tendem a ser de baixo impacto ambiental, visto que contribuem para a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) e mitigação das mudanças climáticas.</p> <p>Os projetos elegíveis através do <i>Framework</i> da Companhia têm como objetivo ampliar a geração de energia elétrica a partir da energia solar, estando, portanto, alinhado com as iniciativas e objetivos da Solatio, reforçando a estratégia de negócio da empresa.</p> <p>Alinhamento dos projetos elegíveis às taxonomias de finanças sustentáveis: De acordo com o critério de 'Energia Solar' da <i>Climate Bonds Initiative</i> e com as diretrizes da Taxonomia da União Europeia, projetos voltados para energia solar podem ser elegíveis à emissão de títulos climáticos ou verdes. Para isso, os ativos ou projetos devem atingir algumas exigências específicas, que foram analisadas frente aos projetos. A análise das categorias do <i>Framework</i> frente as exigências das taxonomias e as conclusões que corroboram a adicionalidade ambiental dos projetos elegíveis e atendimento das exigências encontram-se a seguir.</p> <p>Alinhamento com critérios da <i>Climate Bonds Initiative</i> – Energia Solar¹⁸</p> <p>De acordo com o critério de Energia Solar da CBI, as seguintes instalações são elegíveis, contanto que ao menos 85% da eletricidade seja gerada a partir de recursos de energia solar:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Instalações de geração de eletricidade solar <i>onshore</i>; ii. Infraestrutura de transmissão totalmente dedicada, conexões à rede e outras infraestruturas de suporte para instalações de geração de eletricidade solar <i>onshore</i>, incluindo inversores, transformadores, sistemas de armazenamento de energia e sistemas de controle; iii. Instalações solares térmicas <i>onshore</i>, como sistemas de aquecimento de água solar;
---	--

¹⁷ [Hidrogênio Verde | WWF Brasil](#)

¹⁸ <https://www.climatebonds.net/standard/solar>

- iv. Instalações de cogeração de calor/resfriamento e energia solar *onshore*.

Tendo em vista os critérios apresentados acima e considerando que foi estabelecido no *Framework* que os projetos e ativos de geração fotovoltaica elegíveis devem ter um mínimo de 85% da eletricidade gerada a partir da fonte renovável, pode-se concluir que as categorias "*Investimentos relacionados à construção, desenvolvimento, aquisição em projetos e ativos*" e "*CAPEX de manutenção, reforma ou repotenciação de instalações de energia renovável, incluindo energia solar e, caso aplicável, a infraestrutura de rede associada*" estão alinhadas com o item i..

Desse modo, **a ERM considera que a categoria definida no Framework está alinhada com a CBI.**

Alinhamento com critérios da EU Taxonomy - "*Electricity generation using solar photovoltaic technology*"¹⁹

Além da CBI, conforme mencionado, a **Taxonomia da União Europeia** considera que atividades relacionadas a construção ou operação de instalações de eletricidade através de tecnologia fotovoltaica contribuem para a mitigação e adaptação climática, desde que atendam a alguns critérios relacionados a legislação europeia e outras boas práticas mencionadas pela Taxonomia.

Os projetos elegíveis pelo Framework atendem ao critério de mitigação estabelecido, que define que os projetos devem gerar eletricidade utilizando tecnologia fotovoltaica. No entanto, embora a Solatio tenha informado pelo Framework que identifica os principais riscos associados aos projetos, a companhia não enviou informações de que os projetos estão alinhados aos critérios de adaptação e nem aos objetivos estabelecidos pelo 'Do No Significant Harm', como relatórios de avaliação de risco climático e vulnerabilidade dos ativos, planos de soluções para de adaptação ou estudos de impacto que demonstrem soluções para reduzir riscos climáticos. Para mais detalhes, checar Anexo I.

Portanto, **a ERM considera que há uma não conformidade à Taxonomia.**

Benefícios ambientais esperados: Os projetos de energia solar promovem a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor elétrico, já que são uma fonte de energia limpa que não emitem poluentes em seu processo de geração. Ademais, são fontes renováveis de energia, ou seja, fazem uso de fontes de recursos inesgotáveis. Além disso, a Solatio atua com projetos de geração distribuída (GD) de energia solar, que buscam ampliar a disponibilidade de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN).

A GD é a geração de energia elétrica realizada perto do seu consumidor final, a partir de usinas conectadas à rede de distribuição de energia e que não são nem despachadas nem planejadas centralmente. No Brasil, a GD é regulamentada pela Agência Nacional de

¹⁹ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/activities/activity/287/view>

Energia Elétrica (ANEEL), classificando-a em microgeração distribuída (até 75 kW) e minigeração distribuída (superior a 75 kW e inferior ou igual a 3 MW, podendo ser até 5 MW em situações específicas). Dentre os benefícios frente aos sistemas de geração centralizada destacam-se os menores impactos locais por se tratar de sistemas compactos voltados ao abastecimento local ou regional de energia elétrica, com menor demanda por área para a sua construção. Ademais, a GD possibilita maior eficiência e menor impacto com o transporte de energia, minimizando perdas ativas e reativas nas linhas de transmissão e na distribuição, e garantindo maior estabilidade da rede por estar próxima a centros de consumo.

Destaca-se que a empresa possui mais de 121 projetos de grande escala no setor fotovoltaico desenvolvidos na Europa e, atualmente, possui 20,9 gigawatts-pico (GWp) de projetos habilitados para participação nos mercados de Ambiente de Contratação Regulada (ACR), Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Geração Distribuída (GD) e estima-se a instalação de mais 9,4 GWp.

Considerando o fator médio anual em 2023 de emissão de CO₂ no Brasil, pode-se calcular que o carbono equivalente a ser evitado nos projetos futuros da empresa é de aproximadamente 570.644 tCO₂/MWh.

Dessa forma, considera-se que os projetos elegíveis através do *Framework* trazem benefícios ambientais tangíveis e relevantes. Entretanto, não foi informada a previsão de aumento da capacidade instalada ou redução de toneladas de carbono equivalente, o que é considerado uma lacuna pela ERM.

Processo de seleção e avaliação dos projetos: Conforme apresentado na Seção 'Uso de Recursos', foi determinado no *Framework* que os projetos e ativos de geração fotovoltaica elegíveis devem ter um mínimo de 85% da eletricidade gerada a partir da fonte renovável. Este quesito se alinha ao critério setorial da Taxonomia da CBI para o setor de energia solar.

Os projetos serão submetidos aos setores de Topografia, Fundiário, Engenharia e Ambiental da Companhia, responsáveis pela avaliação de viabilidade dos projetos e a sua elegibilidade para o recebimento dos recursos provenientes dos Instrumentos Verdes.

A avaliação realizada pelas áreas indicadas busca garantir que todos os requisitos legais aplicáveis, em especial, legislação trabalhista e ambiental, incluindo exigências de órgãos ambientais competentes, sejam atendidos.

Dentre os critérios para elegibilidade dos projetos envolvem:

- Análise da viabilidade técnica e econômica do projeto;
- Exame do prazo limite de COD (*Commercial Operation Date*). Será priorizado o projeto que tenha condição de ser concluído dentro do prazo estipulado, sendo ordenados com base nestes prazos e suas especificidades técnicas;

- Alinhamento dos objetivos estratégicos, a partir do qual é verificado o nível de contribuição do projeto para com os objetivos estratégicos da Companhia;
- Análise de impacto ambiental e social, considerando os benefícios e impactos para a comunidade e o meio ambiente e a análise de riscos, a partir do qual são detalhados os riscos envolvidos, dadas as determinações na aceitabilidade destes.

Informações relacionadas ao processo de mitigação de riscos ambientais e sociais da Solatio e requisitos legais e ambientais observados nos projetos estão apresentadas no item 'Gestão de potenciais impactos socioambientais dos projetos' abaixo.

Gestão de potenciais impactos socioambientais dos projetos: De acordo com o *Framework*, o gerenciamento de riscos engloba a identificação, avaliação, planejamento, monitoramento e comunicação dos riscos associados ao projeto. Como principais tipos de riscos, foram observados:

- Riscos técnicos: envolvem possíveis falhas decorrentes de equipamentos e tecnologias.
- Riscos financeiros: custos estimados sujeitos a variações cambiais.
- Riscos ambientais: se referem ao impacto ambiental e à obtenção das licenças necessárias.
- Riscos legais e regulatórios: consideram possíveis mudanças na legislação e na regulamentação do setor elétrico.
- Riscos operacionais: são exemplos atrasos na construção, falhas no cronograma físico, no dimensionamento de máquinas e equipamentos, de mão-de-obra e do fluxo de caixa.

A Companhia apresentou à ERM seu processo de gestão socioambiental, que é conduzido com o apoio de consultorias ambientais especializadas. Essas consultorias acompanham todas as fases dos projetos, assegurando a conformidade com a legislação vigente e a adoção das melhores práticas do setor. Nos projetos de Autoprodução para Comercialização Livre (ACL), esse acompanhamento é mais detalhado devido à maior complexidade e escala envolvida, exigindo estudos ambientais mais aprofundados e um monitoramento rigoroso para garantir a mitigação efetiva de todos os impactos socioambientais associados.

Os resíduos gerados durante a fase de construção são mínimos, especialmente nos projetos de Geração Distribuída (GD). Quando ocorre a geração de resíduos, seu descarte é realizado de maneira adequada e em conformidade com as normas ambientais vigentes, garantindo a correta destinação. Esse processo conta com o suporte de empresas especializadas em gestão ambiental, que asseguram a aplicação das melhores práticas e a minimização dos impactos ao meio ambiente.

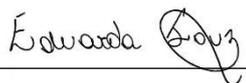
Nível de alinhamento com as melhores práticas: Os projetos elegíveis estão alinhados com a estratégia da Solatio. A Companhia definiu um processo de seleção e avaliação dos projetos e, segundo

	<p>as informações disponibilizadas à ERM durante o desenvolvimento do SPO, a empresa tem mecanismos de gestão estabelecidos para mitigar potenciais impactos negativos dos projetos. Porém, apesar dos projetos elegíveis estarem alinhados com os critérios estabelecidos pela CBI, foi identificado que estes projetos são apenas parcialmente alinhados aos critérios da Taxonomia da União Europeia.</p> <p>Vale frisar que não foram identificadas controvérsias ASG relevantes associadas à empresa ou aos projetos pré-definidos para serem financiados através do <i>Framework</i>.</p> <p>Dessa forma, o nível de alinhamento do Framework com relação ao <i>Green Bond Principles 2</i> ('Processo de seleção e avaliação de projetos') foi classificado como Confortável.</p>
	<p>Procedimentos para gestão dos recursos: As operações baseadas no <i>Framework</i> poderão ter os recursos líquidos captados por meio dos títulos e/ou empréstimos. Os recursos captados ou um montante equivalente serão alocados em projetos que estejam em conformidade com os critérios de elegibilidade indicados na Seção 'Uso de Recursos' deste Relatório e do <i>Framework</i>.</p> <p>Os recursos captados serão administrados pela Solatio e gerenciados através de sistemas de rastreamento internos pelo Departamento Financeiro, responsável por garantir a alocação adequada dos recursos.</p> <p>Para realizar o controle dos recursos, serão criadas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para cada grupo de usinas, o que possibilita um detalhamento e apuração minuciosa dos desembolsos.</p> <p>Ainda, conforme definido no <i>Framework</i>, os contratos referentes às operações verdes irão incluir cláusulas de penalização para o caso de os recursos obtidos com as operações não serem exclusivamente investidos em projetos que atendam aos critérios de elegibilidade determinados no <i>Framework</i>. A inclusão de cláusulas dessa natureza é importante para dar mais segurança aos investidores de que o uso de recursos respeitará as condições previamente acordadas.</p> <p>O documento também estabelece que o valor das operações rotuladas será menor ou equivalente ao valor total investido pela Companhia nos projetos elegíveis, e que ativos ou projetos que venham a ser alvo de mais de uma emissão ou empréstimo rotulado terão partes distintas financiadas por cada operação. Essa prática evita que haja a dupla contagem de recursos rotulados, dando mais confiabilidade às emissões.</p> <p>A alocação será alvo de verificação externa anual, e, caso seja verificado que algum projeto deixou de ser elegível, a Solatio deverá realocar os recursos para projetos elegíveis em até doze meses após a identificação da inconformidade.</p> <p>Recursos temporariamente não alocados: Enquanto os recursos captados com base no <i>Framework</i> não forem completamente alocados nos projetos, a estratégia da empresa é mantê-los</p>

	<p>alocados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) em bancos comerciais tradicionais. A ERM considera que, devido a natureza do investimento, o risco dos recursos serem contaminados por atividades carbono-intensivas é reduzido.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas: Considerando que há mecanismos ágeis de redirecionamento de recursos, que haverá o monitoramento anual da alocação dos recursos, que os investimentos temporários serão em instrumentos com baixo risco de contaminação, que estão previstas cláusulas de penalização para o uso indevido dos recursos e que os recursos serão segregados por SPEs, avaliamos que o nível de alinhamento do <i>Framework</i> frente ao <i>Green Bond Principle 3</i> ('Gestão de recursos') é "Liderança".</p>
<p style="text-align: center;">Relato</p> 	<p>Monitoramento e Relato: A Solatio se comprometeu a monitorar e relatar indicadores financeiros e de impacto ambiental relacionados às categorias de financiamento elencadas no <i>Framework</i>, dando transparência aos investidores e ao público em geral sobre os benefícios ambientais esperados e a alocação de recursos captados.</p> <p>Conforme definido no <i>Framework</i>, as informações poderão ser reportadas por meio de um Relatório Anual que pode ser relatado separadamente ou incluso no relatório financeiro anual. Tais relatórios deverão ser disponibilizados no <i>website</i> da empresa (www.solatio.com.br).</p> <p>Os seguintes indicadores de alocação serão reportados:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Volume de recursos rotulados alocados em cada projeto (R\$ e %); ii) Proporção de recursos destinados para reembolso, refinanciamento e gastos futuros (R\$ e %); iii) Volume de recursos já alocados e a serem alocados (R\$ e %). <p>Avaliamos que os indicadores financeiros permitem que seja verificada se a alocação dos recursos ocorreu nas categorias definidas.</p> <p>O reporte anual também incluirá indicadores sobre impactos ambientais associados aos projetos financiados. Os seguintes indicadores serão reportados:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Total de energia renovável gerada por projeto (kWh/ano); ii. Emissões evitadas por projeto (tCO2eq/ano); <p>Avaliamos que os indicadores selecionados permitem que seja realizada uma avaliação razoável dos benefícios ambientais gerados pelos projetos elegíveis.</p> <p>O reporte por parte da companhia será realizado apenas enquanto os instrumentos estiverem ativos, ou seja, não há o compromisso de relatar os indicadores de impacto após a alocação completa dos recursos, de forma que não será possível verificar a performance ambiental dos empreendimentos ao longo de sua vida útil. Essa</p>

	<p>lacuna é especialmente relevante considerando que parte dos indicadores definidos somente são mensuráveis nas fases operacionais dos projetos.</p> <p>Conforme estabelecido no <i>Framework</i>, cada operação passará por verificações externas anuais a serem realizadas até a alocação completa dos recursos líquidos captados²⁰. O avaliador externo elaborará um relatório verificando se o uso dos recursos respeitou os critérios e processos estabelecidos no <i>Framework</i> e se os impactos esperados se concretizaram. Os relatórios de verificação externa também deverão ser divulgados ao público no <i>website</i> da Solatio.</p> <p>Por fim, a Solatio se comprometeu em divulgar publicamente em seu <i>website</i> o <i>Framework</i> e este parecer de segunda opinião, dando transparência para o processo realizado.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas no GBP4: Cada captação contará com um relato anual de impacto e alocação, que passará por verificações externas independentes até que a totalidade dos recursos seja alocada. Tais relatos e as respectivas verificações serão disponibilizadas publicamente, assim como o <i>Framework</i> e este Parecer Independente. Entretanto, verificamos lacunas relacionadas ao relato dos indicadores de impacto após a alocação completa dos recursos. Assim, avaliamos que o nível de alinhamento do <i>Framework</i> frente ao princípio GBP/GLP 4 - 'Relato' é "Confortável".</p>
--	---

Equipe técnica responsável



Maria Eduarda Souza
Analyst
maria.souza@erm.com



Camila Horst Toigo
Principal Consultant
camila.toigo@erm.com



Cristóvão Alves
Partner
cristovao.alves@erm.com

São Paulo, 22/01/2025

²⁰ Caso a totalidade dos recursos captados seja destinada para reembolso ou refinanciamento de gastos, haverá apenas um relatório de verificação pós emissão.

3. Performance ASG da Solatio

A Solatio é uma empresa de origem espanhola que se estabeleceu no Brasil em 2008. A empresa já havia sido responsável por desenvolver 121 projetos no setor de energia fotovoltaica na Europa e hoje atua como desenvolvedora de usinas fotovoltaicas de grande porte no Brasil. Atualmente, desde sua participação no primeiro leilão de energia solar do governo brasileiro, em 2014, a Solatio possui mais de 1.2 gigawatt em projetos contratados pelo governo brasileiro.

A análise ASG da Companhia tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais associados aos serviços que presta. Dessa maneira, é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos no *Framework* sejam elegíveis para emissões e empréstimos rotulados como “Verde”.

Nesse contexto, foi realizada uma avaliação de políticas e práticas da empresa com base em documentos e informações públicas e confidenciais. Adicionalmente, foram pesquisados fatos controversos de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a Companhia. Vale frisar que, pelo porte da empresa, foram enviadas poucas informações, políticas e documentos formais, de modo que a análise da ERM se respaldou nos documentos públicos disponíveis e naqueles que foram fornecidas pela companhia.

De acordo com o Código de Ética e Conduta da empresa, suas atividades estão em conformidade com a legislação ambiental, por meio de políticas internas que refletem seu compromisso com a preservação ambiental. Os princípios que norteiam a atuação da Solatio incluem: operar de acordo com as normas ambientais vigentes, obtendo as licenças e certificações necessárias, garantindo a correta destinação dos resíduos e a conservação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e demais áreas protegidas; aperfeiçoar processos e adotar novas tecnologias para a melhoria contínua do desempenho ambiental; incentivar práticas e programas de preservação dos recursos naturais, como água, ar, solo e vegetação; identificar, avaliar, monitorar e mitigar riscos socioambientais em suas atividades, principalmente nas de maior impacto ambiental; avaliar previamente os impactos socioambientais de novos produtos e serviços, inclusive riscos de imagem e reputação; promover a educação ambiental dos colaboradores e, de forma mais ampla, da sociedade; realizar uma gestão integrada e abrangente de resíduos em sinergia com fornecedores, consumidores e sociedade; e atender, em seus principais aspectos, às normas internacionais de certificação mais relevantes.

É válido ressaltar que, devido ser uma empresa recente, esta não possui uma política voltada apenas para questões ambientais.

No quesito saúde e segurança dos colaboradores, a Solatio incentiva que todos sigam as normas e procedimentos de segurança, saúde ocupacional e

segurança do trabalho adotados pela empresa, conforme previsto na legislação vigente. Porém, nada foi mencionado sobre os processos de saúde e segurança interno e como a empresa garante que seus colaboradores estão cumprindo com as normas básicas do setor.

Com relação às comunidades onde atua, a Solatio realiza parcerias com órgãos governamentais, grupos e programas sociais com o objetivo de desenvolver essas comunidades, gerando oportunidades de trabalho e ampliando a participação social. Porém, nada foi informado sobre canais de denúncia, reclamações e/ou sugestões, tanto para as comunidades afetadas pelos projetos, quanto pelos colaboradores.

Ademais, a empresa possui uma Política de Direitos Humanos, onde reafirma seu compromisso com todos os direitos humanos e, especialmente, aqueles que afetam os negócios e as atividades desenvolvidas pelos colaboradores do Grupo Solatio. Nenhuma política ou diretriz de diversidade e inclusão, assim como planos de carreira e desenvolvimento foram fornecidos.

A Solatio também possui uma Política de Compras, que estabelece diretrizes para a contratação de serviços de terceiros e a aquisição de equipamentos e materiais e afirma que os processos de compras deverão seguir rigorosamente os princípios de equidade, ética e transparência, alinhados aos valores institucionais e em conformidade com as obrigações legais.

Conforme indicado, a empresa possui um Código de Ética e Conduta que objetiva orientar a conduta dos colaboradores e participantes das diversas empresas que a compõem. Ademais, visa garantir que as relações entre os colaboradores e clientes, fornecedores, órgãos e funcionários públicos, imprensa, meio ambiente e comunidade, dentre outros, sejam pautadas de acordo com os princípios éticos e morais que norteiam nossas atividades desde a sua fundação: honestidade e respeito às leis, práticas socialmente responsáveis e que visam ao bem-estar de todos, proteção ao meio ambiente, proteção dos dados pessoais e respeito aos princípios de Direitos Humanos. O Código é revisado periodicamente e disponibilizado a todos os colaboradores. Ademais, o Código estabelece que qualquer violação às normas ou orientações estabelecidas resultarão em medidas disciplinares apropriadas, conforme a gravidade da conduta, incluindo advertências, suspensões temporárias e desligamentos do colaborador.

Além disso, a empresa conta com uma Política Anticorrupção. Nesta são apontados os requisitos das Leis Anticorrupção existentes na legislação e normativas emanadas no Brasil e do exterior, bem como as diretrizes, normas e contornos em conjunto com o Código de Ética e Conduta.

Dentre as políticas analisadas pela ERM, está a Política de Privacidade de Dados Pessoais, que estabelece princípios, diretrizes e regras para o uso seguro e responsável de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras normas aplicáveis.

Controvérsias

Por meio de pesquisa em portais fiscalização ambiental e trabalhista, verificamos que a Solatio não consta no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e não possui embargos ou autuações no Ibama nos últimos 5 anos. Ademais, a empresa não possui débitos trabalhistas cadastrados no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Além disso, foi realizada uma pesquisa de mídia com o intuito de verificar a existência de casos com repercussão negativa envolvendo a Solatio e não foram identificados casos relevantes.

Método

A análise da ERM é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta por duas etapas:

1) Avaliação do Framework – avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Green Loan Principles (GLP)*.

- Uso dos Recursos (*Use of Proceeds*): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
- Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (*Process for Project Evaluation and Selection*): garantia de benefícios ambientais e/ou sociais associados ao pagamento de dívida da empresa;
- Gestão dos Recursos (*Management of Proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes;
- Relato (*Reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.

2) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI²¹ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
- Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
- Controvérsias²² que a empresa e os projetos estão envolvidos.

Legendas

Tabela 2 - Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

²¹ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

²² O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2017" (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Fonte: ERM

Controvérsias

Tabela 3 - Níveis de Severidade relacionados às controvérsias

Níveis de Severidade	
Baixo	Controvérsias de menor impacto ou com poucos indivíduos impactados. Descumpra a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, causando danos de baixa gravidade. O nível de dificuldade e/ou custo associado à remediação são baixos.
Moderado	Descumpra a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, causando danos de gravidade moderada. O nível de dificuldade e custo associado à remediação são medianos.
Severo	Descumpra a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, tendo causado danos significativos (em larga escala e/ou alta intensidade). A gravidade do impacto é alta e o nível de dificuldade e custo associado à remediação são altos, mas ainda existentes.
Muito severo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa. É o nível mais alto de severidade, e referem-se aos piores cenários socioambientais possíveis. De modo geral, envolvem impactos milionários ou bilionários, e/ou grande repercussão negativa na opinião pública, e/ou danos permanentes à imagem da empresa e/ou penalizações que colocam em xeque a continuação das atividades de uma companhia.

Fonte: ERM

Tabela 4 - Níveis de Responsividade relacionados às controvérsias

Níveis de Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação e realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa não assume responsabilidade na controvérsia, seja por estar aguardando um julgamento/posicionamento judicial ou por entender que não deve ser responsabilizada pelo ocorrido; e/ou realiza ações insuficientes para correção dos danos; e/ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação (pública ou retorno para a ERM) da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: ERM

Green Bond/Loan Principles Form

Green Bond / Green Bond Program External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Solatio Energy Gestão de Projetos Solares LTDA

Bond ISIN or Issuer Bond Name, if applicable: not applicable.

Independent External Review provider's name: ERM

Completion date of this form: December 20th, 2024.

Publication date of review publication: not applicable.

Section 2. Overview

SCOPE OF REVIEW

The review:

- assessed the 4 core components of the Principles (**complete review**) and confirmed the alignment with the SBP.
- assessed only some of them (**partial review**) and confirmed the alignment with the SBP; please indicate which ones:
 - Use of Proceeds
 - Management of Proceeds
 - assessed the alignment with other regulations or standards (CBI, EU GBS, ASEAN Green Bond Standard, ISO 14030, etc.);
 - Process for Project Evaluation and Selection
 - Reporting

ROLE(S) OF INDEPENDENT REVIEW PROVIDER

- Second Party Opinion
- Verification
- Other (*please specify*):
- Certification
- Scoring/Rating

Does the review include a sustainability quality score²³?

²³ The external review may indicate the provider's opinion of the overall sustainability quality of a bond or bond Framework and assess whether it has a meaningful impact on advancing contribution to long-term sustainable development.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Of the issuer | <input type="checkbox"/> Of the project |
| <input checked="" type="checkbox"/> Of the <i>Framework</i> | <input type="checkbox"/> Other (please specify):
issuance |
| <input type="checkbox"/> No scoring | |

ASSESSMENT OF THE PROJECT(S)

Does the review include:

- The environmental and/or social features of the type of project(s) intended for the Use of Proceeds?
- The environmental and/or social benefits and impact targeted by the eligible green and/or social Project(s) financed by the Green, Social or Sustainability Bond?
- The potentially material environmental and/or social risks associated with the project(s) (where relevant)?

ISSUER'S OVERARCHING OBJECTIVES

Does the review include:

- An assessment of the issuer's overarching sustainability objectives and strategy and the policies and/or processes towards their delivery?
- An identification and assessment of environmental, social, and governance related risks of adverse impact through the Issuer's [actions] and explanations on how they are managed and mitigated by the issuer?
- A reference to the issuer's relevant regulations, standards, or *Frameworks* for sustainability-related disclosure and reporting?

CLIMATE TRANSITION STRATEGY²⁴

Does the review assess:

- The issuer's climate transition strategy & governance?
- The alignment of both the long-term and short/medium-term targets with the relevant regional, sector, or international climate scenario?
- The credibility of the issuer's climate transition strategy to reach its targets?
- The level/type of independent governance and oversight of the issuer's climate transition strategy (e.g. by independent members of the board, dedicated board sub-committees with relevant expertise, or via the submission of an issuer's climate transition strategy to shareholders' approval).
- If appropriate, the materiality of the planned transition trajectory in the context of the issuers overall business (including the relevant historical datapoints)?

²⁴ Where issuers wish to finance projects towards implementing a net zero emissions strategy aligned with the goals of the Paris Agreement, guidance on issuer level disclosures and climate transition strategies may be sought from the [Climate Transition Finance Handbook](#).

The alignment of the issuer's proposed strategy and targets with appropriate science-based targets and transition pathways ²⁵ that are deemed necessary to limit climate change to targeted levels?

The comprehensiveness of the issuer's disclosure to help investors assess its performance holistically²⁶?

Overall comment on this section: ERM acted as a second-party opinion provider on Solatio's Green Finance *Framework* and holds the view that the *Framework* is aligned with the Green Bond Principles.

Section 3. Detailed Review

Reviewers are encouraged to provide the information below to the extent possible and use the comment section to explain the scope of their review.

1. USE OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the environmental/social benefits of the project(s)?
- whether those benefits are quantifiable and meaningful?
- for social projects, whether the target population is properly identified?

Does the review assess if the issuer provides clear information on:

- the estimated proceeds allocation per project category (in case of multiple projects)?
- the estimated share of financing vs. re-financing (and the related look-back period)?

Overall comment on this section: The Framework stipulates that funds raised under this document must be allocated to capital (CAPEX) and operational (OPEX) expenses for photovoltaic energy projects. These projects fall under the "Renewable Energy" category of the Green Bond Principles (GBP) and contribute both to climate change mitigation.

The proceeds can be used to reimburse or refinance expenditures incurred up to 24 months before each transaction, and to finance new eligible expenditures. The funds raised must be allocated up to the instrument's tenure.

²⁵ GHG emissions reduction targets that are in line with the scale of reductions required to keep the average global temperature increase to ideally 1.5°C, or at the very least to well below 2°C above pre-industrial temperatures. Science Based Targets Initiative (SBTi) is a branded verification body for science-based targets and SBTi verification is one way for issuers to validate the alignment of their emission reduction trajectories with science-based reference trajectories. In addition, ICMA has published a [Methodologies Registry](#) which includes a list of tools to specifically help issuers, investors, or financial intermediaries validate their emission reduction trajectories..

²⁶ Including information such as the respective contribution (e.g. %) of the different measures to the overall reduction, the total expenses associated with the plan, or the issuer's climate policy engagement.

In ERM's opinion, the use of proceeds outlined in the *Framework* provides tangible environmental and climate benefits.

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Does the review assess:

- whether the eligibility of the project(s) is aligned with official or market-based taxonomies or recognized international standards? Please specify which ones.²⁷
- whether the eligible projects are aligned with the overall sustainability strategy of the issuer and/or if the eligible projects are aligned with material ESG-related objectives in the issuer's industry?
- the process and governance to set the eligibility criteria including, if applicable, exclusion criteria?
- the processes by which the issuer identifies and manages perceived social and environmental risks associated with the relevant project(s)?
- any process in place to identify mitigants to known material risks of negative social and/or environmental impacts from the relevant project(s)?

Overall comment on this section: The eligible categories outlined in the *Framework* are fully aligned with the company's business strategy, which focuses on the production of solar power energy. The eligibility criteria are clearly defined and transparent.

Solatio's internal process for evaluating and selecting projects aligns with market practices. In addition, the Company has established a project selection and evaluation process, and according to the information provided to ERM during the development of the SPO, the company has established management mechanisms to mitigate potential negative impacts of the projects.

The eligibility criteria are partially aligned with the EU Taxonomy's standards for construction or operation of electricity generation facilities using photovoltaic technology.

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the issuer's policy for segregating or tracking the proceeds in an appropriate manner?
- the intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds?
- Whether an external auditor will verify the internal tracking of the proceeds and the allocation of the funds?

²⁷ The EU Taxonomy, CBI Taxonomy, UK Taxonomy, China catalogue, etc.

Overall comment on this section: Solatio's processes for management of proceeds are aligned to market practices. The funds will be managed by the financial department to guarantee that the proceeds are used according to the defined allocation period and eligibility criteria.

The Framework defines that the instrument's document must have covenants to be triggered in case the proceeds are used in non-eligible projects. Moreover, if a project fails to meet the eligibility criteria, the proceeds should be reallocated within 12 months.

All proceeds must be temporarily maintained in cash or cash equivalents (high-liquidity fixed income instruments that finance banks expenses or government securities) until the full allocation to eligible projects. The issuer also commits that the sum of proceeds raised through green debt allocated to each project will not surpass the total cost of the green projects. The issuer will annually disclose the allocation of these proceeds until they are fully allocated.

Based on our analysis of the proceeds management process, we conclude that there is a clear and transparent procedure to ensure that proceeds are allocated to projects that support the Green Bond and Green Loan categorization.

4. REPORTING

Does the review assess:

- the expected type of allocation and impact reporting (bond-by-bond or on a portfolio basis)?
- the frequency and the means of disclosure?
- the disclosure of the methodology of the expected or achieved impact of the financed project(s)?

Overall comment on this section: Solatio is committed to monitoring and reporting financial and environmental impact indicators for the financing categories in its Framework. This data can be disclosed in an Annual Report, published separately or as part of the annual financial report on the company's website. The report must include the following financial indicators:

- a) Volume of labelled resources allocated to each to each project (R\$ and %)
- b) Proportion of resources earmarked for reimbursement, refinancing and future spending (R\$ and %);
- c) Volume of resources already allocated and to be allocated (R\$ and %).

The report will also include the following impact indicators, aimed at measuring the green benefits:

- a) Total renewable energy generated per project (kWh/year);
- b) Emissions avoided per project (tCO₂eq/year).

Annual external checks will be carried out until the proceeds are fully allocated, with public reporting on the website²⁸.

Section 4. Additional Information

Useful links (e.g. to the external review provider's methodology or credentials, to the full review, to issuer's documentation, etc.)

<https://www.solatio.com.br/>

Analysis of the contribution of the project(s) to the UN Sustainable Development Goals: The eligible projects contribute to SDG 7 and 13.

Additional assessment concerning the issuer/bond Framework/eligible project(s): Not applicable.

²⁸ <https://www.solatio.com.br/>

Anexo I – Alinhamento com a Taxonomia da União Europeia

Na Tabela a seguir são apresentados os critérios da Taxonomia da União Europeia²⁹.

Tabela 5 – Alinhamento dos projetos com os critérios de 'Contribuição Substancial à Adaptação Climática' e DNSH da Taxonomia da União Europeia³⁰

Contribuição Substancial para adaptação climática
<p>Devem ser implementadas soluções para riscos climáticos físicos e não físicos (soluções de adaptação) que reduzam substancialmente os riscos climáticos mais materiais para a atividade.</p> <p>Os riscos físicos climáticos materiais para a atividade devem ser identificados dentre os listados no Apêndice A³¹ da taxonomia, por meio de uma avaliação de riscos e vulnerabilidades climáticas, que inclua os seguintes passos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Triagem da atividade para identificar quais riscos físicos climáticos listados no Apêndice podem afetar o desempenho da atividade durante o seu ciclo de vida; Quando forem identificados riscos, deve ser conduzida uma avaliação da materialidade dos riscos e vulnerabilidades climáticas para a atividade econômica; Deve então ser realizada uma avaliação para identificar as soluções de adaptação para reduzir o risco identificado. <p>A avaliação deve ser condizente com a escala das atividades e seu ciclo de vida, de forma que:</p> <ol style="list-style-type: none"> Para as atividades com expectativa de vida útil inferior a 10 anos, a avaliação deve ser conduzida utilizando projeções climáticas na menor escala apropriada; Para as outras atividades, a avaliação deve ser realizada utilizando a maior precisão disponível, dentre as projeções climáticas, com base em cenários futuros consistentes com a expectativa de vida útil da atividade, incluindo, pelo menos, cenários de projeções climáticas de 10 a 30 anos para investimentos importantes. <p>As projeções climáticas e avaliação de impactos deverão ser realizadas com base nas melhores práticas disponíveis e em evidências científicas robustas, levando em consideração a ciência de ponta para análise de vulnerabilidade e risco climático, de acordo com os relatórios climáticos mais recentes do IPCC ou de publicações científicas revisadas por pares e outros modelos climáticos.</p> <p>As soluções de adaptação implementadas devem:</p> <ol style="list-style-type: none"> Não impactar adversamente os esforços de adaptação de outros <i>stakeholders</i> ou a resiliência a riscos climáticos de outros povos, locais ou ativos; Dar preferência a soluções baseadas na natureza e a infraestrutura verde ou azul³²; Ser consistentes com planos e estratégias de adaptação locais, setoriais, nacionais ou regionais; Ser monitoradas e mensuradas com base em indicadores pré-definidos, e contar com ações de remediação quando as metas não forem atingidas; Quando as soluções implementadas forem de natureza física e consistirem em atividades cobertas pela taxonomia, elas devem cumprir com os critérios de DNSH elencados.
Do no significant harm (DNSH)

²⁹ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/taxonomy-compass>

³⁰ É válido ressaltar que o critério de DNSH de 'Adaptação Climática' referente à seção 'Contribuição Substancial às Mudanças Climáticas' da Taxonomia apresenta as mesmas exigências que o critério de 'Contribuição Substancial para adaptação climática'. Dessa forma, consolidamos a análise referente a temas de adaptação nesta tabela.

³¹ <https://ec.europa.eu/sustainable-finance-taxonomy/assets/documents/CCA%20Appendix%20A.pdf>

³² Para mais informações sobre infraestrutura verde e azul olhar: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A52013DC0249>

Mitigação climática:

A infraestrutura não deve ser dedicada a criar conexões diretas, ou expandir conexões diretas existentes entre geradoras que produzam energia cuja intensidade de emissões é maior do que 270gCO₂e/kWh.



www.erm.com